

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n2p16-23>

— com Alexandra Lima



Biografia

Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (Proped) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada e Mestre em História pela UFF. Atualmente é professora associada da Faculdade de Educação da UERJ atuando também como docente permanente no Programa de Pós Graduação. Produziu livros, capítulos, artigos em

periódicos nacionais e internacionais nas áreas de História e Educação, com especial atenção aos campos da História da Educação e do Ensino de História. É escritora de livros infanto juvenis e desde maio de 2020 organiza um canal próprio no YouTube denominado “Conversas com a Educação”. Parte de sua produção acadêmica, encontra-se disponível no link:

<https://uerj.academia.edu/AlexandraLimaSilva>

1-Alexandra, gostaríamos de começar a entrevista agradecendo sua participação e apresentando sua trajetória na História da Educação. Como se deu seu interesse e seu encontro com a área?

Fico feliz de saber do interesse pelo trabalho que venho desenvolvendo. Meu encontro com a História da Educação ocorreu a partir das leituras dos trabalhos de Alessandra Schueler. Conheci a dissertação de mestrado de Alessandra quando cursava graduação e na sequência, no mestrado em História da UFF, conheci e li a tese desta autora, trabalho sério, de fôlego, e muito comprometido. Na ocasião, eu desenvolvia pesquisa sobre livros didáticos de História do Brasil, e ler a dissertação de Alessandra me abriu o horizonte para as experiências de professoras e professores no século XIX e para outras referências importantes para pensar os significados da instrução no século XIX. No doutorado, tendo sido aprovada para os programas de Educação na UERJ e História, na UFF, no ano de 2009, optei pelo doutorado no ProPed, o que foi um divisor de águas na minha trajetória. Ainda que

no doutorado eu tenha investigado a trajetória intelectual do historiador Rocha Pombo, eu queria saber um pouco mais sobre as representações da população afrodescendente nos manuais didáticos de história.

2-Na historiografia da escravidão no Brasil reiterou-se a ideia de que homens e mulheres escravizadas não deixaram registros para a posteridade e de que suas falas e escrita foram silenciadas ou não registradas por estudiosos interessados no tema. Seus recentes trabalhos, em diálogo com outros trabalhos da história da educação, têm trazido experiências desses sujeitos na busca pelo reconhecimento social. Poderia nos esclarecer os significados que davam ao letramento e a educação em sua vida? E como estes significados eram expressos em suas práticas culturais?

Ainda estudante de graduação em História na UFF, tive a oportunidade de participar como bolsista de Iniciação Científica no projeto “A riqueza dos libertos”, coordenado pela professora Sheila Faria. A pesquisa da professora Sheila, a partir de testamentos, inventários e cartas de alforria,

destacava um grupo de mulheres africanas que não apenas conquistaram a alforria, como também conquistaram bens materiais. A partir do meu contato com a historiografia da educação, alguns anos depois, comecei a interrogar se também a instrução e a conquista das letras não estiveram no horizonte de possibilidades da população egressa do cativeiro. Ao longo de minha trajetória como pesquisadora, muitas fontes relacionadas a esta questão cruzaram o meu caminho, e eu fui juntando as peças para compreender este instigante objeto que se desenhava, ao longo do tempo, para mim. Outro encontro marcante se deu a partir das leituras das autobiografias, em inglês, escritas por pessoas que vivenciaram a dolorosa experiência da escravização. Nestes escritos, a instrução e o fascínio pelo universo da cultura letrada eram muito presentes nos relatos. Contudo, estas experiências diaspóricas se referiam ao caso dos Estados Unidos. Mas ainda assim, aguçaram ainda mais minhas suspeitas de que o desejo das letras também esteve presente nas pessoas libertas e escravizadas no Brasil. Acredito que a vontade de

saber não podia ser escravizada. Por isso, a ambiguidade em torno dos significados da educação e instrução de pessoas escravizadas. A oportunidade de realizar pesquisa pós-doutoral nos Estados Unidos também contribuiu no processo de fundamentação nos meus estudos. O contato com estudos sobre educação e escravidão sobre outras realidades históricas me impactou, principalmente no fato de que pesquisadoras e pesquisadores precisaram enfrentar a tese de negação da existência de escravizadas/os letradas/os. Este aspecto corrobora com a defesa que faço na ideia de que é preciso superar o silêncio das letras na experiência de pessoas escravizadas. Outro ponto de conexão foi a escolha dos caminhos metodológicos e do corpus documental. A criatividade e imaginação nos trabalhos a respeito desta temática é algo bastante perceptível também.

3-Entre pesquisadores e pesquisadoras da História da Educação, existe a recorrente afirmação de que a produção científica da área tem, nas últimas décadas, crescido bastante, por exemplo, no

número de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, dentre outras atividades. Como você enxerga essa diversidade e atualidade no ensino da História da Educação?

A preocupação com o problema da educação da população afrodescendente (que não significa, necessariamente, população escravizada) é crescente na historiografia da educação brasileira. É o que se evidencia através de publicações de artigos, trabalhos em eventos e livros - frutos de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação no país. Nos meus textos, procuro sempre dar visibilidade a esta crescente e importante produção, principalmente porque acredito que o conhecimento da História da Educação tem um papel fundamental para dar visibilidade às lutas e protagonismos das populações historicamente silenciadas. As pesquisas na área têm contribuído de maneira significativa na reflexão sobre as desigualdades. Principalmente quando sabemos que um dos legados mais perversos da escravidão no Brasil é a extrema desigualdade social, tendo sido a educação escolar

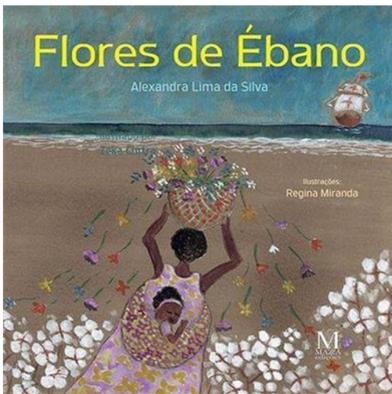
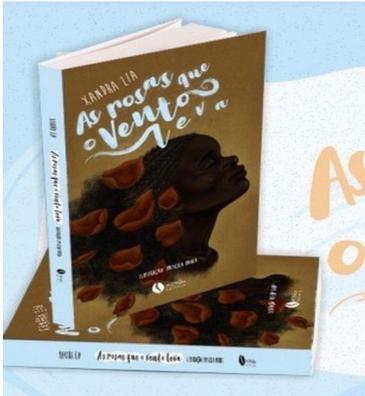
republicana fortemente ancorada nos pilares do eurocentrismo, da branquitude e do racismo institucional e estrutural. Por meio de fontes variadas, tais como decretos, regulamentos, programas oficiais de ensino, censos demográficos, relatórios, jornais da grande imprensa, da imprensa negra paulista, revistas, boletins, memorialistas, cartas, depoimentos, fotografias, Jerry Dávila analisa a relação entre políticas públicas educacionais com o ideário racista no Brasil no período de 1917-1945. O processo de “branqueamento” sofridos por professoras e estudantes negros estiveram fortemente presentes nas escolas brasileiras no início do século XX, conforme evidenciado por Lúcia Muller, em estudo a partir de registros textuais e iconográficos. Todavia, é importante interrogar os silenciamentos em relação a presença negra nos bancos escolares nos anos iniciais da República, conforme pesquisas no campo da História da Educação Brasileira, tem evidenciado, dentre as quais, destaco o livro *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*, no qual Amália

Dias analisa rico corpus documental de fotografias, dando visibilidade a presença de estudantes e professoras negras nas escolas de Nova Iguaçu, no período de 1920-1940 (DIAS, 2014). A partir de documentos oficiais, jornais e fotografias como fontes primárias, Surya Pombo de Barros e Amália Dias evidenciam que sujeitos periféricos e não brancos tiveram forte presença no magistério no Brasil. Contudo, as estratégias de enfrentamento ao racismo e a organização do movimento negro no sentido de promover uma outra educação merecem atenção, o que já vem sendo visibilizado em muitas pesquisas.

4-É muito interessante observar em suas redes sociais o trabalho que vem desenvolvendo com literatura infantil e o diálogo construído com estudantes, professores e professoras das escolas. Como tem sido essa experiência para você? Quais os impactos desta experiência em sua produção acadêmica? E sobre a relação universidade – escola, na sua opinião, o que ainda precisa ser melhorado?

O aprofundamento das desigualdades e o cenário de confinamento e o isolamento social provocados pela pandemia de COVID-19 tornaram ainda mais urgentes o debate acerca da importância de políticas públicas para o fomento de uma outra literatura infantil. Uma literatura infantil que contemple a diversidade e que respeite a dignidade de jovens e crianças. Essa é uma geração profundamente impactada por esta crise. Investir em livros de qualidade, num cenário dominado por games, é investir em saúde e qualidade de vida das crianças e jovens. É tempo de nos reinventar para seguirmos existindo. Respeitar e zelar pelo o direito de jovens e crianças à uma educação de qualidade, é dever de toda a sociedade.

Foi neste cenário de dor que nasceram meus primeiros livros voltados para o público infanto-juvenil, os quais hoje considero os mais significativos da minha trajetória acadêmica. *As rosas que o vento leva*, publicado pela editora Kitabu e *Flores de ébano*, pela editora Mazza, ambas editoras afrocentradas e lideradas por mulheres negras.



(Capas dos livros *As rosas que o vento leva* e *Flores de ébano*. Fotos do acervo pessoal da autora)

Eu decidi que escrever para quem também não está na universidade é também uma aposta no futuro. Eu devo continuar conversando com quem está na educação básica, e principalmente, devo lutar para que jovens e crianças se sintam representadas/os nas histórias que leem, nas práticas cotidianas nas escolas. Inspirada em bell hooks: “Decidi publicar livros infanto-juvenis também como uma resposta a pais e

mães, sobretudo mães negras, que me disseram que, uma vez que meus livros de teoria ajudaram jovens adultos a descolonizar a mente, eu poderia escrever livros para crianças que também desafiassem o racismo e o machismo” (hooks, 2020, p. 215).

Com autoras como bell hooks, eu aprendi que devo escrever para quem também não está na universidade. Eu devo continuar conversando com quem está na educação básica, e principalmente, devo lutar para que jovens e crianças se sintam representadas/os nas histórias que leem, nas práticas cotidianas nas escolas, no sentido de que “Ensinar fora do contexto de sala de aula é uma forma de assegurar que a educação democrática seja acessível a todas as pessoas (...).

Escrever livros para o público infanto-juvenil é uma maneira de promover reparação comigo mesma, com o que eu e as meninas da minha geração não tivemos. A autoestima importa. É essa hoje minha maior preocupação. Contar histórias que inspirem.

Ocupar as redes sociais foi o caminho que eu encontrei para conversar com responsáveis, estudantes

universitárias/os, estudantes da educação básica, docentes. Eu vivi a “Era das Lives” e por meio das ferramentas possibilitadas pela internet, eu acreditei que estava fazendo meu papel de professora, e tentei divulgar os resultados de minhas pesquisas a respeito das narrativas e o protagonismo de pessoas negras que, mesmo em condições terríveis, como foi o caso da escravidão, se levantaram, resistiram, se tornaram autoras e protagonistas das próprias histórias, em primeira pessoa.

As rosas que o vento leva é um livro voltado para o público juvenil. O título remete ao protagonismo feminino, aquelas mulheres negras que nem sempre são lembradas. É também uma metáfora para a dor, as separações, o esquecimento. Este livro fala também, da importância do afeto, da solidariedade e dos laços familiares. Eu gosto especialmente da relação da protagonista, uma anciã, com uma jovem menina, remetendo a importância da ancestralidade e da passagem de saberes entre as gerações. E como é importante valorizar essas guardiãs das memórias nas famílias. Meu outro livro, Flores de ébano, é voltado para o público infantil

e juvenil, e versa sobre 12 mulheres que lutaram pela liberdade, entre os séculos XVIII e XIX, em diferentes lugares. Eu conto um pouco das histórias de Harriet Tubman, Esperança Garcia, Sojourner Truth, dentre outras. Nos dois livros, eu utilizo as flores e as rosas como inspiração, na proposição de pensar todas o florescimento de todas estas mulheres, que se tornaram sementes, a meu ver.

Acredito que pertencer a um programa de pós-graduação de excelência reconhecida, numa universidade pública como a UERJ, é ter oportunidade de acessar recursos singulares. Apesar da grave crise econômica que atinge o estado do Rio de Janeiro e o país, ainda assim, resistimos e produzimos pesquisa de ponta. E isso não é pouca coisa. Mais que produzir, criar e compartilhar o conhecimento. E distribuir conhecimento socialmente relevante, a partir das demandas e urgências da sociedade, que paga impostos e que financia a universidade pública. Retornar para a sociedade o conhecimento produzido nas universidades é de fundamental importância e as crianças e jovens

merecem especial atenção e respeito neste retorno. É nisso que eu acredito. É por isso que eu ocupo as redes com pesquisa, arte, e criação.

Alexandra Lima da Silva
Niterói, 19 de maio de 2022.